

A polícia passou a ser vítima, já há muitos anos. Agora os guardas estão sendo atacados para terem suas armas roubadas. O sindicato de São José dos Campos diz que há muitos anos fazem denúncias e até greve em relação às mazelas que a GCM vem passando, com falta de efetivo, com investimentos baixíssimos e falta de uniformes e equipamentos.

A prefeitura se defende, dizendo que está tomando todas as medidas. Mas, eu conversei, há pouco, com o deputado Hélio Nishimoto - que é o representante da região de São José dos Campos - e ele me confirmou, sim, o descaso da prefeitura com a Segurança municipal.

Aliás, não sei se vocês têm observado, nas campanhas municipais, aqui em São Paulo, principalmente, eu vi o prefeito de São Paulo falando que vai melhorar a Segurança na cidade. Aliás, eu não sei o que ele vai melhorar, porque ele teve quatro anos e não melhorou nada; piorou muito.

Vi o prefeito falando que vai melhorar a Segurança na cidade de São Paulo, trocando luz de “led”. Eu não sei se ele faz isso de propósito, ou se é falta de conhecimento, se é imbecilidade, eu não sei o que é.

Realmente, a iluminação faz parte da Segurança Pública. Agora, a pessoa dizer que vai melhorar a Segurança trocando lâmpada, somente, é uma imbecilidade. Falar em melhoria salarial, ninguém fala. Falar em valorização do profissional da Segurança, ninguém fala. Falar em aumento do efetivo, ninguém fala. Falar em plano de carreira, ninguém fala.

As GCMs, principalmente a GCM de São Paulo está a Deus dará, numa situação terrível, totalmente desprestigiada. É uma falta de vergonha, na campanha, o prefeito ir lá e dizer que irá melhorar a segurança trocando as lâmpadas. É um tapa na cara dos guardas civis metropolitanos.

Os prefeitos têm que entender uma coisa: realmente, a Segurança cabe ao estado de São Paulo e ao governador, mas os municípios têm como ajudar e como valorizar a sua população. Os municípios devem cuidar da sua população através de uma GCM atuante e presente, que possa trabalhar fortemente.

Gostaria de exibir a foto do GCM que foi morto e outra do veiculo em que ele tentou se proteger.

- São exibidas fotografias.

Trata-se de um rapaz de 42 anos, chamado Ricardo da Silva Camargo. Hoje ele está dentro de um caixão. Se ainda não estiver em cima de uma mesa do necrotério, ele já está dentro do caixão. A família está abandonada. É uma vida a menos e mais uma família desgraçada.

Ele tentou se proteger atrás de uma viatura da GCM. Olhem como ficou o carro. Isso é ou não é um atentado terrorista contra os policiais? Lógico que é. Temos visto isso diariamente. Ontem, um motociclista foi atacado com a sua esposa quando saía de casa. Coincidentemente, ele foi assessor da primeira-dama, D. Lu Alckmin.

Ele foi morto, e sabem por quê? Não é por ter resistido, ele foi morto porque os criminosos acharam que ele era policial. Ele estava com um porta-documento na perna que parecia um coldre de arma. Os bandidos mataram esse cidadão porque acharam que ele era policial, e não porque ele teria reagido.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos os presentes, notem que a Polícia está sendo cassada. Sabem o que as autoridades estão fazendo? Nada, nada e nada. Hoje o cidadão está sendo morto porque é confundido com um policial. Imaginem o que está acontecendo com o policial.

Sempre orientamos que as pessoas não reajam se forem vítimas de roubo. É melhor não reagir. Contudo, para o policial, seja de qualquer corporação, eu digo para reagir se for assaltado. Reaja e atire no bandido. Afinal, se você não matar o bandido, irá ser morto. Eu não estou brincando.

Estou falando a verdade. Policial que for abordado por criminosos e não reagir à altura será morto. Ontem o cidadão foi morto simplesmente porque os criminosos acharam que ele era um policial. Quando eles têm certeza então, é tiro na cabeça, certamente.

As nossas autoridades estaduais e municipais precisam acordar e, de uma vez por todas, valorizar as suas polícias, com salários mais decentes, armamentos que funcionem e equipamentos adequados. Os profissionais da Segurança Pública devem ser valorizados em todos os sentidos.

Esse GCM morreu em São José dos Campos. Ele foi atacado na base e trucidado pelos criminosos. Ontem, em São Paulo, outro cidadão foi morto porque acharam que ele era policial. Quantos mais terão que morrer para as nossas autoridades colocarem a mão na consciência e entenderem que, no combate ao crime, a única coisa que existe é o enfrentamento? Não existe outra maneira para se combater o crime.

Concordo que a educação é eficiente. Precisamos ter escolas adequadas para cuidar da nossa população, como o nobre deputado Carlos Giannazi sempre fala. Porém, isso é para o futuro. Hoje, para se combater o crime, é necessário o enfrentamento adequado. Os criminosos estão armados com fuzil, estão indo atrás dos policiais nas bases e estão matando cidadãos por os confundirem com policiais.

A Polícia tem que estar pronta para o confronto. Bandidos não respeitam a lei. A nossa lei é uma porcaria; é uma lei hipócrita, mas o bandido, seja qual for a lei, não a respeita. Se ele respeitasse a lei, não seria bandido. O bandido só entende a lei do mais forte. Aliás, é uma lei que ele entende muito bem.

Irei sempre defender aqui uma ação muito mais forte da Polícia no combate ao crime e uma legislação muito mais forte contra o criminoso. Aliás, a legislação está uma porcaria. Você prende o vagabundo em flagrante, roubando bancos ou por tráfico, mas no dia seguinte, na audiência de conciliação, ele está sendo solto. Está uma vergonha o nosso sistema judiciário. É uma vergonha viver no Brasil. Ou tomamos providências imediatas ou então o crime vai vencer de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência quer anunciar o aniversário, no dia de hoje, das cidades de Descalvado, Buritizal, Mirassol e Nipoa.

Que seus municípios comemorem com muita paz, harmonia, saúde e desenvolvimento.

Contem sempre com este deputado e toda a Assembleia Legislativa.

Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectador que nos assiste pela TV Assembleia na Capital, no interior paulista, na Grande São Paulo e Baixada Santista.

Gostaria de denunciar, mais uma vez, o governador Geraldo Alckmin, que está organizando vários calotes no Estado aos servidores públicos de várias categorias. Já falei aqui do calote que o governador está dando nos servidores da Educação e nos professores; do calote do não pagamento da prova de mérito; do calote do não pagamento do estágio obrigatório; do calote do não cumprimento da data-base salarial, instituída por lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa, a Lei 12.391/06, e como determina a própria Constituição Federal em seu Art. 37; do calote do bônus, a redução drástica do pagamento da bonificação aos servidores da Educação e aos professores; do calote que está dando agora aos professores e servidores das Etecs e Fatecs por meio da Resolução nº 26, que praticamente inviabilizou a evolução desses servidores, dando insatisfatório para 99% da categoria.

Mas tem outro calote que trago hoje para que todos saibam: o calote dos concursos públicos.

Muitos concursos foram realizados em 2013, 2014 e o governador não chama os aprovados. Já fiz várias audiências públicas com pessoas aprovadas em várias áreas: no Metrô, na Secretaria da Educação, tanto na parte administrativa como no próprio Magistério. Na Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, temos o concurso realizado de oficial administrativo para a Polícia Militar - o deputado Coronel Telhada falou há pouco sobre isso. Nós precisamos desses servidores trabalhando na parte administrativa para liberar os policiais que estão presos a esse processo burocrático e passem a combater o crime nas ruas. Mas o governador não chama esses servidores aprovados em concurso público.

Na Educação a situação também é muito grave, porque temos muitas escolas no Estado sem professores. Nós vivemos uma grande contradição: de um lado temos o professor categoria O, que vive num regime precarizado de contratação, já denunciado por mim inúmeras vezes. Muitos aprovados em concurso, mas permanecem nesse regime precarizado de contratação, não são chamados para se efetivarem na rede. Isso cria uma crise enorme na rede estadual. Faltam professores. Os que existem são os professores categoria O, que estão com contratação precarizada, são trabalhadores considerados de quinta categoria pelo Estado, pelo Governo e pela Secretaria da Educação. Os que foram aprovados não são chamados.

O governador fez isso de caso pensado, pois no ano passado ele publicou o Decreto 61466, de 2015, inviabilizando a chamada dos aprovados em concursos públicos em várias secretarias, em várias estatais - Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Metrô, Sabesp. São várias as categorias que estão vivendo esse drama, porque o Governo está cortando os recursos, fazendo ajuste fiscal contra os serviços públicos e os nossos servidores.

É por isso que não tem dinheiro. Até mesmo os outros órgãos de outros poderes estão sendo penalizados, como o Tribunal de Justiça. O Governo não faz uma suplementação orçamentária para que o TJ chame imediatamente os aprovados no concurso de escrevente. Nós tivemos dois concursos: um em 2014 e um em 2015. Tive uma reunião na semana passada com o presidente do Tribunal de Justiça, juntamente com uma comissão que representa esses mais de três mil aprovados. O presidente nos disse da questão orçamentária, que está pedindo ao governador que faça um aporte orçamentário, uma suplementação orçamentária. É a mesma situação do Ministério Público, da Defensoria que nem consegue dar reajuste para os seus servidores, e está também pedindo essa complementação orçamentária.

Dentro desse quadro, o que nós temos é o calote dos concursos públicos que Alckmin vem colocando em curso contra os aprovados, sobretudo nessas áreas que citei. Na Educação, os professores do concurso PEB II estão esperando a chamada, e o Governo não chama. A secretária da Educação diz que está esperando um aval da Secretaria da Fazenda. Ou seja, eles subordinaram uma área importante, de prestação de serviço público para a população, determinado pela Secretaria da Fazenda, que só vem fazendo ajuste fiscal. E, se depender da Secretaria da Fazenda, vamos ter um verdadeiro arrocho salarial e não haverá investimento nenhum nos servidores. Essa é a grande verdade, e nós sabemos.

Faço um apelo, exigindo que o Governo faça a chamada imediata de todos os concursos: oficiais administrativos; professores da rede estadual, PEB II, concurso de 2013, e dos outros cargos da Secretaria da Educação; Metrô; Sabesp; Secretaria da Segurança Pública, Polícia Civil - dos delegados, dos investigadores, dos escrivães, Polícia Militar.

Gostaria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas ao governador Geraldo Alckmin, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para que eles investiguem esse calote e vejam se há alguma legalidade nisso. Porque os concursos foram feitos e houve a criação de expectativa de direito. Muitos aprovados já tinham escolhido as vagas, feitos os exames médicos e foram interceptados por esse Decreto 61466. Apresentei um projeto de decreto legislativo para anulá-lo. É o PDL nº 11, de 2015, que revoga o Decreto 61455, que praticamente proibiu a chamada dos aprovados nos concursos públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi por mais cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, para fazer o meu segundo e último pronunciamento de hoje, eu gostaria de manifestar o nosso total apoio ao movimento, à luta e à greve dos servidores da Secretaria da Fazenda, em especial dos técnicos que estão em greve há dois meses estão em greve, lutando pela reposição das perdas inflacionárias, contra o desvio de função, que é uma característica muito grande da carreira, dentro da Secretaria da Fazenda, e por melhores condições de trabalho.

Não há espaço de negociação, Sr. Presidente. O secretário da Fazenda, Renato Vilela, acabou de sair, graças a Deus, porque ele era o homem do ajuste fiscal, o homem que fazia o ajuste contra os servidores, só que ele tinha um salário de 93 mil reais! Dava continuidade a essa política de ódio contra os servidores estaduais.

Então esses servidores estão há 60 dias em greve, e é um absurdo que não tenham sido atendidos ainda. As reivindicações não foram atendidas pelo secretário. Assumiu um novo secretário agora, na sexta-feira, e queremos exigir que esse novo secretário atenda o Sitesp - Sindicato dos Técnicos da Fazenda Estadual. Queremos que atenda não só a comissão, mas sobretudo atenda as reivindicações desses servidores, porque eles são considerados invisíveis pela mídia, pela opinião pública, e sobretudo pelo Governo. Mas não são invisíveis, e esses servidores têm uma função estratégica, porque sem eles a Secretaria da Fazenda não funciona e sem eles não há arrecadação. E também não há Orçamento, porque são eles que dão suporte, inclusive, para que os auditores fiscais de renda possam exercer o seu trabalho.

No entanto estão tão desvalorizados e com salários tão arrochados, que a única maneira de fazer a luta foi através da greve, porque não são ouvidos. E hoje estamos com eles aqui na Assembleia Legislativa, numa audiência pública, exatamente ouvindo esses trabalhadores. Eles estarão, nos próximos dias, participando aqui de uma reunião do Congresso de Líderes para apresentar também as propostas. Mas quero pedir o apoio de todos os deputados para que se engajem na luta em defesa dos direitos e da dignidade dos servidores técnicos da Secretaria da Fazenda. E que manifestem apoio a eles, porque é uma greve muito importante, do ponto de vista da denúncia do arrocho salarial, sobretudo dessa política de ódio que o Governo tem colocado em prática contra os nossos servidores.

O Governo diz que não tem dinheiro para a Educação, Saúde, áreas sociais, e muito menos para os servidores. Mas acompanhamos a execução orçamentária e, sobretudo, a política de benefícios fiscais, as isenções de impostos que o Governo tem concedido aos grandes grupos econômicos do estado de São Paulo, esses sim que estão sugando o dinheiro do nosso Orçamento: os grandes frigoríficos, as grandes avícolas, a Ambev, a indústria de bebidas, as mineradoras, as empresas do agronegócio, que, no geral, financiam as campanhas do governador Geraldo Alckmin e da base governista, até mesmo de alguns candidatos da oposição aqui da Assembleia Legislativa. Agora estão sendo retribuídos com essa política de benefício fiscal, de isenção fiscal de impostos.

Com isso temos bilhões e bilhões de reais drenados para esses setores empresariais. Af o Governo não investe o ICMS na USP, na Unicamp, na Etc, na Fatec, na rede estadual de ensino, na Saúde, sobretudo na valorização dos servidores, que estão exigindo só a reposição das perdas inflacionárias. Reivindicam o cumprimento da lei, apenas isso. Mas nem isso o Governo tem atendido. É um dos momentos mais difíceis aqui para os servidores do Estado, uma política de arrocho sem precedentes.

Então faço um apelo aqui para que os deputados ajudem na manifestação de apoio e pressionem o Governo Alckmin, sobretudo o novo secretário da Fazenda. É um homem que trabalhou em banco nacional e internacional, deve ter a ótica também financeira, neoliberal dos recursos públicos. Talvez ele dê continuidade, pela sua mentalidade neoliberal, à política de arrocho, achando que o servidor público tem que ser o bode expiatório da crise. Não concordamos com isso. Mas, repito, que as reivindicações sejam todas atendidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Luiz Fernando, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, Inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene, a realizar-se no dia 21 de outubro de 2016, às 20 horas, com a finalidade de homenagear o Dia Nacional da Proclamação do Evangelho.

Nos mesmos termos, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Ricardo Madalena, convoca V. Exas., nos mesmos termos, para uma sessão solene, a realizar-se no dia 24 de outubro de 2016, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Comerciante e homenagear a Fecomercários - Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, na pessoa do seu presidente, Sr. Luiz Carlos Motta e todos os presidentes dos sindicatos filiados.

Nos mesmos termos, atendendo solicitação do nobre deputado Roberto Massafera, esta Presidência convoca V. Exas., para uma sessão solene, a realizar-se no dia 24 de outubro de 2016, às 20 horas, com a finalidade de comemorar os 100 anos do Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e seis minutos.

9 DE SETEMBRO DE 2016 124ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI Secretária: CARLOS GIANNAZI</p>

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Discorre a respeito de concursos públicos, realizados no estado de São Paulo, nos quais os candidatos aprovados não foram convocados. Comenta os prejuízos causados à população pela necessidade de funcionários em diversos serviços públicos. Defende a aprovação do PDL 11/15, de sua autoria.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca sessão solene, a ser realizada no dia 07/10, às 20h, com a finalidade de “Comemorar os 70 anos da igreja Avivamento Bíblico”, a pedido do deputado Coronel Telhada.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Faz defesa do aumento da velocidade máxima permitida nas vias da cidade de São Paulo. Julga importante a fiscalização do uso de bebidas alcoólicas por motoristas, bem como a colocação de câmeras de segurança nas rodovias. Faz apelo ao prefeito Haddad pela instalação de sistema de rodizio nas ciclovias. Argumenta que as faixas destinadas às bicicletas são pouco utilizadas. Discorre sobre prejuízos dos congestionamentos à qualidade de vida da população.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Elogia o posicionamento do ex-senador italiano José Luiz Del Roio, sobre a realidade política brasileira, em entrevista publicada no jornal “Folha de S. Paulo”. Considera positiva a participação unificada das centrais sindicais brasileiras na assinatura do prefácio do livro escrito por José Luiz, “1º de maio - cem anos de luta”. Posiciona-se contra as propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias apresentadas pelo governo federal. Aponta que, a seu ver, a equiparação da idade mínima de aposentadoria entre homens e mulheres geraria desigualdade de gênero. Comenta a permanência das estratégias do aparelho repressivo do Estado, desde o período colonial. Conclama a população para mobilizar-se em oposição ao atual governo.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 12/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada hoje, às 20h, com a finalidade de “Prestar homenagem à Ordem da Estrela do Oriente”. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE – JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CARLOS GIANNAZI – PSOL - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectador da TV Assembleia, ontem eu fiz um pronunciamento denunciando o calote que o governador Alckmin deu em cima dos aprovados nos concursos públicos, nos últimos concursos que foram realizados pelo Estado, aliás, nos poucos concursos, porque o Estado realiza poucos concursos para efetivar os seus servidores. Mesmo assim, houve um grande calote, principalmente no ano passado e neste ano. Os aprovados em vários concursos foram enganados, foram ludibriados pelo governador Geraldo Alckmin, porque foi criada uma espécie de expectativa de direito para esses servidores que estudaram, que fizeram sacrifícios. Eles foram aprovados, foram chamados, e não assumiram os seus cargos.

Ontem eu falei dos professores PEB II, dos professores da rede estadual de ensino, do concurso de 2013, que ainda estão esperando a chamada do concurso. Falei também dos oficiais administrativos da Polícia Militar, cinco mil pessoas aprovadas. Nós precisamos desses profissionais na Polícia Militar, até para liberar os policiais que estão fazendo esse trabalho burocrático, em um verdadeiro desvio de função.

Além desses aprovados, existem outros que foram aprovados também. Eu me refiro aos concursados e aprovados do Metrô, dos servidores, ainda, da Educação, que ontem eu não citei, mas vou citar hoje, os analistas administrativos e os analistas de tecnologia. Estes também não foram chamados. Temos pessoas que prestaram concurso na área da Polícia Civil para os cargos de delegado, escrivão, investigador. Temos pessoas aprovadas na Polícia Técnico-Científica, oficiais administrativos também, enfim, temos uma relação imensa dando conta dos concursos que foram realizados. Na área do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo também. Três mil e quinhentos aprovados estão esperando a chamada, enfim. Foi dado um verdadeiro calote nessas pessoas. Eu não estou fazendo uma defesa corporativista. Quero dizer que essas pessoas estão no seu direito, foram aprovadas. Houve edital de concurso, tudo regulamentado dentro da legislação. Muitas já foram chamadas, muitas inclusive realizaram até exame médico e escolheram a sua lotação, mas foram interceptadas pelo decreto do governador Geraldo Alckmin, publicado ano passado no “Diário Oficial”, que praticamente proíbe a chamada dos aprovados.

Apresentei aqui um PDL para anular esse decreto do governador e peço apoio dos deputados para que seja aprovado em caráter de extrema urgência.

Sr. Presidente, a defesa que estamos fazendo da chamada dos aprovados se dá primeiramente pela população, porque em todas essas áreas temos déficit de servidores.

Na Educação, temos muitas escolas sem professores porque professores não são efetivados. Esses cargos são ocupados, muitas vezes, por professores categoria O, que têm contratos precarizados e muitos desses professores passaram no concurso e estão esperando serem chamados para saírem do contrato precarizado de trabalho e do trabalho desumano.

Na área da Segurança Pública, vivemos uma grande crise. Faltam servidores na Polícia Civil, na Polícia Militar, delegacias de polícia fechadas em todo o Estado. Número insuficiente de funcionários tanto nas delegacias como nas companhias da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, no Metrô, na Sabesp, áreas em que foram realizados concursos. Se foram realizados, é porque havia necessidade, havia o déficit. Mesmo chamando os aprovados a situação ainda não será normalizada e a população é que sofre com isso porque ela deixa de ter acesso aos serviços públicos de qualidade. Isso em primeiro lugar: a população está sendo penalizada. Não fazer a chamada dos aprovados é um verdadeiro ataque à população, que paga impostos e tem de ter acesso aos serviços públicos de qualidade. Em segundo lugar, os servidores que estão na ativa estão sendo prejudicados com sobrecarga de trabalho, estão adoecendo porque não dão conta de atender à população já que são poucos os servidores e em terceiro lugar os próprios aprovados, que também estão sendo duramente prejudicados.

Ontem fiz o mesmo pronunciamento falando dos calotes dos concursos públicos. Ontem foi o calote 1 e hoje é o calote 2. O governador está dando um calote também em vários outros segmentos de pessoas que foram aprovadas em concursos: Secretaria da Educação, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal de Justiça, Sabesp, Metrô, Polícia Técnico-Científica dentre outras áreas que não citei ainda.

Nesse sentido, quero fazer um apelo ao governador: revogue esse perverso decreto do ano passado e faça imediatamente a chamada dando posse a todos os aprovados nos concursos que citei.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Coronel Telhada, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia sete de outubro de 2016, às 20 horas, com a finalidade de “comemorar os 70 anos da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico”.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, ontem fiz um apelo ao prefeito de São Paulo, cidade que eu prezo muito. Nasci no interior, mas fui vereador aqui durante 28 anos, com sete mandatos consecutivos. Graças a Deus e a meus eleitores e amigos, com trabalho e dedicação, ganhei todas as eleições. Não perdi nenhuma. Agora estou no segundo mandato nesta Casa e quero fazer mais uma vez um apelo ao nosso querido prefeito Fernando Haddad. Vivemos numa cidade congestionta, onde temos muita dificuldade de mobilidade. Em qualquer rua, há congestionamento. Está difícil de andar.